

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.079 - RS (2018/0242686-2)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : ALEXSANDRO SOUTO (PRESO)
ADVOGADOS : JEFFERSON BILLO DA SILVA - RS043748
PEDRO NICOLAIEWSKY THADEU - RS100227
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por ALEXSANDRO SOUTO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0193801-41.2018.8.21.7000).

Consta dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal.

Buscando a revogação da custódia antecipada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte de origem, tendo a ordem sido denegada nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 121):

HABEAS CORPUS. CÓDIGO PENAL. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. ART. 157 § 2º, I E II. ROUBO MAJORADO. EMPREGO DE ARMA DE FOGO.

Roubo a estabelecimento comercial com emprego de arma de fogo. O paciente permaneceu na parte externa do estabelecimento comercial alvo, prestando auxílio material direto e imediato à execução e à consumação posterior do crime de roubo. Certeza a respeito da existência do fato, e indicativos da autoria. Pressupostos para a prisão preventiva presentes (art. 312, CPP, parte final). Garantia da ordem pública, para evitar a reiteração criminosa (art. 312, CPP, primeira parte). Presença dos requisitos do art. 313, CPP. Paciente que registra processo em andamento. Medidas cautelares diversas à prisão não se mostram suficientes diante da natureza e das características do delito.

ORDEM DENEGADA, POR MAIORIA.

No presente recurso, alega a defesa que não há motivação idônea para a manutenção da custódia antecipada.

Aponta que a autoria não está comprovada, já que o acusado não teve participação no ilícito em questão.

Sustenta que o paciente é primário, trabalhador, casado e pai de dois

filhos e possui residência fixa.

Diante dessas considerações, requer a revogação da custódia preventiva ou a sua substituição por alguma das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento do recurso (e-STJ fls. 182/192).

É, em síntese, o relatório.

Mostra-se inviável o prosseguimento do recurso.

É que o pedido nele formulado revela-se idêntico ao constante do HC n. 478.076/RS, impetrado em favor do ora recorrente, e que ataca o mesmo acórdão, configurando reiteração de pedido, circunstância que impede o conhecimento da irresignação.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA ANALISADA EM PRÉVIO RECURSO EM HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. RECURSO JÁ JULGADO. EVENTUAL DELONGA SUPERADA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Não se conhece de habeas corpus que objetiva mera reiteração de pedido analisado em recurso anteriormente interposto. 2. "Julgado o Recurso em Sentido Estrito, resta superada a alegação de excesso de prazo para análise do mérito do referido recurso" (RHC n. 66.467/GO, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, 6ª T., DJe 9/3/2016). 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 403.778/CE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 03/08/2017, DJe 10/08/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator